

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

SANDRA ELISA VAZ TIMM RUFINO

**FAZER ARTESANAL: RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E RESSOCIALIZAÇÃO
DE DETENTAS DA CASA PRISIONAL DE
DOM PEDRITO/RS**

**Dom Pedrito
2018**

SANDRA ELISA VAZ TIMM RUFINO

**FAZER ARTESANAL: RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E RESSOCIALIZAÇÃO
DE DETENTAS DA CASA PRISIONAL DE
DOM PEDRITO/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Educação do Campo

Orientador: Jonas Anderson Simões das Neves

Dom Pedrito

2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

RR926f Rufino, Sandra Elisa Vaz Timm Rufino
Fazer Artesanal: Reconstrução da Identidade e
Ressocialização de Detentas da Casa Prisional de Dom
Pedrito/RS / Sandra Elisa Vaz Timm Rufino Rufino.
38 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, EDUCAÇÃO NO CAMPO, 2018.

"Orientação: Jonas Anderson Simões das Neves Neves".

1. Tecelagem. 2. Oficinas. 3. Sistema Carcerário. 4.
Ressocialização. 5. Identidade. I. Título.

Sandra Elisa Vaz Timm Rufino

**FAZER ARTESANAL: RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E RESSOCIALIZAÇÃO
DE DETENTAS DA CASA PRISIONAL DE
DOM PEDRITO/RS**

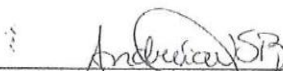
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Educação do Campo da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial
para obtenção do Título de Licenciada em
Educação do Campo

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 08 de Junho de 2018.

Banca examinadora:



Prof. Dr. Jonas Anderson Simões das Neves
Orientador
Unipampa – Campus Dom Pedrito



Prof.ª MSc Andreia Nunes Sá Brito
Unipampa – Campus Dom Pedrito



Prof. Dr. José Guilherme Franco Gonzaga
Unipampa – Campus Dom Pedrito

AGRADECIMENTO

A todos que, de alguma forma, colaboraram para que esse trabalho fosse realizado.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi embasado em vários anos de serviço voluntário com oficinas de artesanato nas mais diversas técnicas as quais a pesquisadora desenvolve. Trabalho este que ainda não havia despertado em sua importância acadêmica. A partir dessa descoberta, e as diversas contribuições do Curso de Educação do Campo – Licenciatura, surgiu a necessidade de um olhar diferenciado. Dessa forma, o objetivo geral deste projeto é analisar como a oferta das oficinas de tecelagem em lã aplicadas no sistema prisional no município de Dom Pedrito colaboram para o processo de reconstrução da identidade e ressocialização das detentas. O trabalho, caracterizado enquanto pesquisa-ação, foi desenvolvido a partir de observação participante, pesquisa bibliográfica, entrevistas e um grupo focal. Ao analisar os resultados, identificou-se que as oficinas, mais do que o aprendizado de um ofício, representaram um espaço de liberdade e de sonho, pois as mesmas conseguem projetar sua vida fora do cárcere, de forma que a cada tecidura de uma peça artesanal há uma construção de vida que permite resistir ao cotidiano do aprisionamento, que neste momento deixa de ser mental e se torna apenas físico. Assim, acredita-se que o trabalho artesanal desenvolvido na forma de oficinas na instituição prisional, representa, para além da reconstrução da identidade e para o processo de ressocialização das detentas, uma outra possibilidade de olhar para a vida.

Palavras-Chave: Tecelagem; Oficinas; Sistema Carcerário; Ressocialização; Identidade.

RESUMEN

Este trabajo de conclusión de curso se basó en varios años de servicio voluntario con talleres de artesanía en las más variadas técnicas que la investigadora desarrolla. Trabajo que aún no había despertado en su importancia académica. A partir de este descubrimiento, y las diversas contribuciones del mismo, el curso de Educación del campo-licenciatura, surgió la necesidad de una mirada diferenciada. De esta forma, el objetivo general de este proyecto es analizar cómo la oferta de los talleres de tejer en lana aplicados en el sistema penitenciario en el municipio de Don Pedrito colaboraron para el proceso de reconstrucción de la identidad y resocialización de las detenidas. El trabajo, caracterizado como investigación-acción, fue que se desarrolló a partir de observación participante, investigación bibliográfica, entrevistas y un grupo focal. Al analizar los resultados, se identificó que los talleres, más que el aprendizaje de un oficio, representaron un espacio de libertad y de sueño, pues las mismas consiguen proyectar su vida fuera de la cárcel, de forma que cada tejido de una pieza artesanal hay una construcción de vida que permite resistir al cotidiano del encarcelamiento, que en este momento deja de ser mental y se vuelve sólo físico. Así, se cree que el trabajo artesanal desarrollado en forma de talleres en la institución penitenciaria, representa además de la reconstrucción de la identidad y el proceso de resocialización de las detenidas, otra posibilidad de mirar la vida

Palabras clave: Tejeduría; Talleres; Sistema Carcelario; Resocialización; Identidad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagens do Presídio Estadual de Dom Pedrito/RS.....	30
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. METODOLOGIA	6
3. CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA	8
3.1 Uma visão sobre o Sistema Prisional no Rio Grande do Sul	8
3.2 O trabalho como princípio educativo na re-inclusão	10
3.2.1 O artesanato em lã	10
3.2.2. Processos educativos no fazer artesanal	11
3.3 A escola e o sistema prisional unindo-se para qualificar pessoas presas	13
4. ANÁLISE DOS DADOS	15
4.1. Caracterização do Local	15
4.2. Relato de experiência	16
4.3. O curso na perspectiva das apenadas	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	27
ANEXO	29

1. INTRODUÇÃO

A pesquisadora está inserida no Presídio Regional de Dom Pedrito há vários anos, levando serviços sociais voluntários aos apenados. A partir do ano de 1993, por uma deficiência de profissionais em tecelagem, a mesma foi convidada por uma funcionária da Prefeitura Municipal de Dom Pedrito – Rio Grande do Sul, a realizar um trabalho voluntário de orientar os detentos, pois os mesmos tinham interesse em aprender a técnica que poderia reverter, inclusive, em dividendos aos mesmos. Por conseguinte, solucionaria o problema da falta de mão de obra para elaboração da fiação para a Casa de Cursos da Prefeitura Municipal.

Dessa forma voluntária, a autora desta pesquisa ministrou oficina sobre como preparar o fio de lã ovina. Esta ocorreu em uma sala pequena, com duas rocas manuais, uma carda manual, alguns quilos de lã (limpos e outros sujos) para que durante o manuseio verificasse qual dos tipos de lã seria mais fácil adaptação, pois neste período alguns tinham dificuldade motora por estarem há vários anos cumprindo pena.

A primeira oficina foi desenvolvida durante uma semana em formato de curso completo de 40 horas. A mesma foi realizada com sucesso, pois alguns detentos conheciam ou tinham ouvido falar na técnica de fiação. Ao cumprir esta etapa, houve a inserção no trabalho voluntário que perdura até hoje. A segunda foi sobre a confecção de peças (miniaturas) em couro vacum, em que os alunos (apenados), enquanto aprendiam essa técnica, ensinavam a esta autora uma outra técnica para decorar canetas com símbolos. A partir deste momento firmou-se um elo significativo com a Instituição prisional, pois sempre que surge uma demanda de orientações em artesanato, seja ele em lã ou em outras técnicas que a pesquisadora detém o conhecimento, ocorre a solicitação.

Depois disso, diversas outras oficinas de artesanato foram realizadas tais como: oficinas de fiação, oficinas de confecção de teares de prego (miniatura), oficinas de Papel Mache, oficinas de modelagem em couro vacum. Algumas também foram desenvolvidas em outros presídios dentro do Estado, como nas cidades de Júlio de Castilhos, Caçapava do Sul e Bagé, apoiadas pelo Programa RS Qualificar, uma iniciativa do Governo Federal com o objetivo de qualificar os detentos que estiverem próximos a concessão do regime semi-aberto. Normalmente, todos os cursos ofertados a esta clientela são programados

para quarenta horas (40 horas), com exceção do último convite, recebido no ano de 2016, por uma servidora pública lotada no presídio estadual de Dom Pedrito, para ministrar uma Oficina de tecelagem em lã, com duração prolongada¹.

A referida servidora pública estava, naquele momento, frequentando o Curso de Psicologia da Universidade da Região da Campanha, sendo que uma de suas pesquisas conduzidas durante a graduação teve como objetivo principal observar os efeitos das oficinas sobre a autoestima das apenadas, bem como verificar as contribuições do artesanato em seu cotidiano. Neste sentido, aquele convite despertou um novo olhar, já que seria o primeiro curso desenvolvido com participantes do sexo feminino. Além disso, conhecer o trabalho desenvolvido pela servidora pública despertou na autora a perspectiva de que aquele poderia ser um campo de estudos universitário.

A finalidade do trabalho voluntário com as apenadas era de fazer com que o tempo fosse empregado com qualidade, pois ao confeccionar os trabalhos manuais, as mesmas teriam uma ocupação produtiva, vínculo afetivo e, conseqüentemente, os possíveis problemas de autoestima poderiam ser amenizados, já que a oferta desta formação poderia agregar conhecimento, e assim contribuir na coletividade do grupo.

A temperatura no inverno apresenta-se bastante baixa na região de Dom Pedrito, o que possibilita a comercialização das peças por elas produzidas, e, posteriormente, retorna em formato de verba que, por sua vez, é revertida em materiais para as mesmas, e, por sua vez, as estimulam no exercer da profissão. O material utilizado no curso foi arrecadado a partir de doações da comunidade.

Diante disso, estabeleceu-se como principal objetivo para esta pesquisa analisar de que formas a oferta das oficinas de tecelagem em lã aplicada no sistema carcerário no município de Dom Pedrito colaboram para o processo de reconstrução da identidade e ressocialização das detentas.

Para isso realizou-se uma pesquisa bibliográfica inicial e o trabalho de campo com um grupo focal composto por três detentas, sendo que duas destas em regime semiaberto e uma em regime fechado. Para coleta de dados, realizou-se também

¹O curso foi planejado dentro de uma perspectiva de continuidade, não possuindo uma carga horária pré-determinada para sua conclusão. Desta forma, o mesmo só foi interrompido quando a ministrante ingressou na universidade, dado que o tempo não permitiu compatibilizar as atividades.

entrevistas com dirigentes da penitenciária, com a assistente social e com uma ex-apenada, que estava em liberdade.

2. METODOLOGIA

Essa pesquisa caracteriza-se como qualitativa pela natureza da temática abordada, de forma que se propõe a descrever, a partir da utilização de entrevistas, grupos focais e pesquisas bibliográficas, a interpretação de uma dada realidade social, processo em que a escrita ocupa um lugar de centralidade (GODOY, 1995).

Da mesma forma, trata-se de uma pesquisa-ação, que, conforme Gil (2002) se caracteriza pela participação dos sujeitos envolvidos, fortalecendo-se em seu caráter social, educacional e técnico. Esta definição enquanto pesquisa-ação se deve ao fato de que a pesquisadora realizou observações e coleta de algumas informações concomitantemente a oferta das oficinas.

De acordo com Thiollent (1985, p.14) é comum que se façam críticas a este tipo de pesquisa, especialmente pela suposta falta de objetividade que o envolvimento do pesquisador poderia dar as interpretações realizadas, no entanto refutam-se as mesmas a partir da percepção de que nenhuma pesquisa ou pesquisador consegue ser ideologicamente neutro em suas conclusões, de forma que é a aplicação sistemática dos métodos e técnicas de pesquisa que garantem a confiabilidade e idoneidade dos resultados alcançados.

Nestes termos, à medida que se estrutura o trabalho de pesquisa percebe-se a inclinação para a pesquisa-ação. Preparar e ministrar uma oficina são atividades relativamente fáceis, para uma artesã, por serem rotineiras, tarefa difícil é transpor para a escrita um texto baseado na própria existência. Torna-se mais questionador, pois a pesquisadora é sujeito envolvido nesta ação.

Trabalhar de forma a orientar um grupo de detentas vem ao encontro com um questionamento que a autora sempre fez a si mesma. Quem são essas mulheres? Que tipo de vida tinham antes do cárcere? Ensinar ou aprender com elas? Será que consegue ensinar técnicas de artesanato a essas mulheres? Qual técnica deve ser levada? O que gostam? Que ser humano há por trás de uma detenta inserida no sistema prisional

pedritense. Em momento algum houve preocupação com retorno, quando, de repente, esta vivência pessoal passa a ser escrita em um trabalho de conclusão de curso. Ao mesmo tempo em que é gratificante, soa constrangedor!

Desta forma, por mais que no primeiro momento não houvesse o objetivo de desenvolver o trabalho de pesquisa, algumas situações chamavam a atenção e não passavam despercebidas, as quais acabaram vindo a ser integradas a este trabalho.

Em um segundo momento, já se tendo definido a experiência das oficinas como temática central de pesquisa, buscou-se outro olhar sobre as percepções já anotadas, bem como se estabeleceu uma proposta de trabalho para viabilizar a realização da mesma. Assim, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do tema para, na sequência, planejarem-se as entrevistas e o grupo focal.

A técnica de grupos focais tem sua origem na seleção de alguns métodos e critérios, nos quais há uma formação de grupo provocada a partir de um questionamento. Grupo focal é um elo entre participantes na construção de uma ideia que se formará a partir da fala de cada um do grupo (RESSEL, et. al, 2008). Foram entrevistados, a partir de roteiros previamente elaborados: os diretores do presídio, a assistente social, três detentas (duas no regime semiaberto e outra reclusa) e uma ex-apidada.

Com as detentas internas, foi realizado na casa prisional um grupo focal envolvendo as três que participaram do curso e aceitaram colaborar com a pesquisa. Em tempo, enfatiza-se a presteza da direção da casa prisional em viabilizar o trabalho, - disponibilizando dados e permitindo que os pesquisadores tivessem alguns momentos de conversas sem sua supervisão, o que provavelmente deixou as detentas mais a vontade para falar. A entrevista com a ex-detenta aconteceu individualmente, nas dependências do Campus Dom Pedrito da Unipampa.

Algumas entrevistas foram gravadas e transcritas, para posterior análise, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo. Já o grupo focal e uma entrevista, realizados no interior da casa prisional, não foram gravados, mas foram realizadas anotações para posteriormente serem integradas ao trabalho.

3. CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Uma visão sobre o Sistema Prisional no Rio Grande do Sul

Segundo Schumann (s.d), a primeira cadeia surgida no Rio Grande do Sul, chamava-se Casa Prisional, que para a população era conhecida como Casa Velha. Esta se localizava em Porto Alegre, onde hoje conhecemos pela Rua Vigário José Inácio e era exclusivamente para guardar apenados, não tendo políticas normatizadas para tal feito. A finalidade da Cadeia Velha era punir e dar castigos físicos ou o simples fato de privá-los de sua liberdade. No ano de 1841 a cadeia foi desmanchada e, por uma década, quem fez a detenção dos presos foram os quartéis, mais precisamente os 8º, 11º e 13º Batalhões.

Em 28 de Fevereiro de 1855, criou-se a Casa de Correção, que se localizou na volta do Gasômetro, nas margens do Lago do Guaíba, para os presos desta casa o trabalho era prioridade e havia instalações para ambos os sexos.

No ano de 1877 ali já existiam pessoas condenadas à morte, às “gales” perpétuas, e “gales” temporárias, açoites, e simples prisão. Até o final do Século XIX o regime obrigava o preso a ficar no isolamento celular e era proporcional a sua pena, isto é, não sendo permitido conversar ou escrever carta, ler jornais ou livros. Quando a pena fosse leve, o preso poderia trabalhar conforme suas habilidades, mesmo assim o trabalho era um prêmio.

Algo peculiar da época era que os doentes mentais mais agressivos também ficavam encarcerados juntamente com os presos mais perigosos, na cadeia comum. Os mais calmos ficavam na Santa Casa de Misericórdia, muito embora já existisse o Hospício São Pedro. As mulheres, por serem em menor número, ficavam em uma casa de detenção. E, em 1939, foi criado o Reformatório de Mulheres Criminosas. O Instituto foi administrado pela congregação de Nossa Senhora Da Caridade do Bom Pastor D'Angelis, também chamado de Instituto Feminino Readaptador Social. Em 1981 este mesmo Pavilhão foi adquirido pelo Estado e passou a ser chamado de Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

No Rio Grande do Sul e, igualmente, no Brasil, a construção de novos presídios é lenta e as Políticas de tratamento aos presos, assim como a Educação dentro do Sistema Penitenciário, desanimadores.

Segundo relato do Diretor do Presídio Regional de Dom Pedrito, o mesmo atende um total de 174 apenados, sendo que 12 são do sexo feminino. Não obstante, destaca-se que originalmente esta casa prisional não possuía um espaço para as mulheres, sendo que o existente atualmente é produto de uma adaptação feita a uma antiga ala masculina, a fim de criar um espaço para que as detentas não precisassem ser transferidas para longe de seus círculos familiares e sociais.

Nestes termos, Lorenzi (2016) identifica ainda uma assistência jurídica morosa e deficiente em atender os direitos dos apenados, o que ocasiona uma superlotação do sistema carcerário atual. O Rio Grande do Sul conta com uma defensoria pública reduzida frente à demanda atual, bem como possui ainda um considerável número de óbitos, sendo estes decorrentes das doenças adquiridas dentro do Sistema Carcerário, dentre elas estão tuberculose, HIV, pneumonia, meningite, entre outras.

Devido a isso, foi criado um prontuário onde ficam registrados todos os passos dos detentos, o que facilita o controle da saúde. Mesmo as apenadas portadoras de deficiências ou que possuam necessidades especiais, quando cometem crimes hediondos não recebem o indulto humanitário.

Embora as notícias que chegam à sociedade de que as detentas não querem trabalhar, isto é uma falácia, pois o trabalho para elas gera sustento para a família e dias remidos para as mesmas. Dentro do Sistema Carcerário o trabalho artesanal é mais que um ofício, dado que liberta e provêm a seu favor.

3.2 O trabalho como princípio educativo na re-inclusão

3.2.1 O artesanato em lã

Vale ressaltar que as trocas de aprendizagem não ocorrem apenas nos espaços formais de aprendizagem, ou seja, todo e qualquer lugar pode ser considerado um espaço de ensino e aprendizagem. No caso das oficinas de tecelagem desenvolvidas no sistema carcerário, configuram-se também como um destes espaços não formais que perpassam o contexto escolar. Ocorre o ensino e aprendizagem por meio de variáveis como a troca, partilha e interação entre os participantes, desde que o proponente da oficina atue como mediador neste processo, estabelecendo as relações necessárias para a aquisição dos novos saberes.

A ideia do “aprender fazendo” está sendo cada vez mais articulada para que em um futuro próximo as escolas utilizem deste tipo de metodologia incentivadora no ensino, ou seja, cada vez mais o desenvolvimento de habilidades vai tomando o espaço da transmissão do conhecimento.

O trabalho como princípio educativo é, de certa forma, a educação como um ato humano intencional, e que possui o firme propósito de construir conhecimentos.

Desde os tempos mais remotos o trabalho, quando feito coletivamente, preparava o sujeito para a vida em sociedade. Porém, com a transformação do trabalho em mercadoria, foi feita, de certa forma, uma exclusão do mesmo pela sociedade. Ainda, basta olharmos um pouco mais a frente e resgatar a educação e trabalho de maneira a reinserirmos o indivíduo de forma a reconstruir aos poucos sua volta à sociedade, não apenas enquanto mão de obra, mas enquanto sujeito que se (re)constrói a partir do trabalho.

As oficinas ministradas passeiam pelas mais variadas técnicas artesanais, fazendo com que o sujeito inserido na mesma possa alinhar a (re)construção de sua vida em uma nova linha do tempo. Desta maneira, vão se urdindo construções, conforme a lógica Freireana de se construir conhecimento a partir de diferentes saberes, valorizando cada sujeito, transformando sua vivência em uma obra única, tal qual a construção de uma peça artesanal. Da mesma forma, as identidades que se (re)constróem a partir das

oficinas também são únicas, podendo ser desfeitas, transformadas e/ou refeitas ao longo de sua existência, assim como ocorre na prática artesanal.

3.2.2. Processos educativos no fazer artesanal

A tecelagem, ao longo da história, ganha diversos nomes, dependendo da região e em que contexto é abordado. Na perspectiva de saber mais sobre esta técnica tão cativante, que por muitas vezes foi um passatempo, mas também renda da dona de casa, por vezes tão necessitada.

Segundo Eggert (2011), em sua pesquisa é visível perceber o vínculo das artesãs com suas mães (mulheres), de forma que estas impactam diretamente nas decisões de suas filhas, influenciando em sua construção enquanto sujeitos. De uma ou de outra maneira, as artesãs trazem de berço habilidades adormecidas e a partir das lidas domésticas tais habilidades afloram, entretanto, as várias técnicas do trabalho manual, sendo femininas, não são reconhecidas e nem permitem o reconhecimento dos sujeitos que lhes dão vida.

Segundo Silva (2015), para assimilar o trabalho artesanal, primeiro deve-se saber trabalhar com as mãos, pelo toque, o movimento, observando assim o referido aprendizado, que é acrescentado por meio de imaginações, e tal comportamento e a postura do corpo que também orienta a aprendizagem.

As mulheres gaúchas possuem um vasto e rico artesanato devido às várias etnias concentradas na região e que são trabalhadas até os dias atuais. As mulheres gaúchas cardavam a lã de ovelha para os acolchoados e para os fios grossos, transformavam em xergões ou peça de cama, mesa e banho, por vezes, sua finalização era com ervas aromáticas, esses hábitos eram rotineiros e muitos se intensificavam para casamentos ou velórios.

Eggert (2009) percebe a eficácia da igreja em ocupar as mulheres por meio das mãos, não permitindo assim que ficassem com a mente vazia. Muito embora este projeto tenha a finalidade de verificar a tecelagem, não se pode deixar de registrar o tricô que, segundo o viajante inglês Ewbank (1976), era a voz das mulheres, isto é, a maneira como elas tinham de se comunicar, essa era a forma encontrada para não sucumbir na mesmice.

Assim, o fazer artesanal, enquanto linguagem, se manifesta também como espaço de construção identitário por parte das artesãs, num processo em que, ao urdirem a peça, projetam a si mesmas e, ao tramarem os fios, tecem também suas vidas.

Desta forma, no trabalho desenvolvido com este pequeno, mas notável, grupo de mulheres, pôde se perceber suas peculiaridades, com as mais diversas crenças e idades. Reconhece-se a força do querer e a autoestima de algumas mulheres do grupo. Meu primeiro pensamento foi! Esta vida eu não quero para mim, isto é, não aguentaria ver o cadeado na porta da cela e é este fato que me faz sentir encarcerada, não as demais regras da casa prisional. Ao longo dos anos são muitas as aprendizagens, pois no sistema prisional as leis são outras, os status impostos por detentos vão na contramão da formação educacional. Toda essa experiência vivida de maneira não formal proporcionou saberes, até mesmo de sobrevivência. Tal aprendizado construído com elas faz refletir a partir de várias falas delas. “Aqui, por nós, só a assistente social, e agora a senhora, que nos traz um pouco de alegria, porque, para os demais, somos número no sistema”. (Pedritense)

Ao entendimento de quem lê, poderá dizer que não há tanta troca de saberes neste vai e vem das oficinas, porém as expressões nos olhares, a ansiedade de quem vive só e espera a alegria do dia seguinte, de que alguém dedica algumas horas do seu dia para elas, quem tem tempo para escutá-las, seus saberes, suas lutas e dores, antes de professora, chegam uma confidente, consultora de moda, dentre tantas expectativas, basta lançar um olhar fraterno, um abraço amigo em meio a tanta desconfiança, para ver surgir o ser humano para além da detenta.

Todas foram convidadas para a oficina, porém nem todas participaram da proposta. Visível também era a alegria da agente em chamá-las para o grupo, mas sem muito êxito, devido à baixa estima das apenadas. Durante o período da oficina, foi dada a liberdade de escolha das técnicas como tricô, crochê, crochê de grampo, tecelagem, entre outras, para que as mesmas optassem por qual destas despertava maior atenção, tudo isso com o intuito de tornar atrativa a proposta. A alegria e o entusiasmo eram visíveis, pois aprenderiam ou relembriam algo que poderia trazer uma nova forma de ocupação e também uma possível geração de renda.

3.3 A escola e o sistema prisional unindo-se para qualificar pessoas presas

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a escola é o local para oferecer e adquirimos cidadania. Orientam-se ali os primeiros passos para uma sociedade com mais oportunidades. É no espaço escolar que são ofertados horizontes aos indivíduos e conhecimentos que perpassam por gerações. Dentro deste contexto, surgiu a necessidade de oferecer uma Educação responsável a todos inseridos neste processo.

No Brasil a realidade escolar está com dificuldades de ser executada, buscando apoiar-se na LDB, mesmo assim, não consegue manter os alunos na escola, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. Além disso, as desigualdades sociais impactam diretamente no acesso às escolas, fazendo com que as crianças e jovens desistam dos estudos para contribuir com a renda familiar, mesmo que haja políticas sociais por parte do governo para tal, os jovens não se mantêm na escola.

O sistema prisional reflete, em boa medida, a falta de oportunidades e de educação no tempo propício, o que torna os apenados sem perspectiva, elemento que, num determinado momento, pode vir a se refletir na vida do indivíduo. O olhar da sociedade ainda está sob uma ótica arcaica, onde os apenados não podem estar inseridos nas políticas públicas adotadas pelo governo, salvo aquelas criadas especificamente para atendê-los. O que no Brasil ocorre de forma contrária, pois a finalidade é a recuperação do indivíduo, de forma que a (re)inserção do mesmo conduzirá a uma reflexão de atos cometidos(CAVALLARO, 2015).

Segundo Foucault (1987), a escola que está inserida no interior da casa prisional deve ser espaço onde valores, conhecimentos e estudo possam fundamentar esta Educação e ética. Frente à realidade cruel e eliminadora do Sistema Prisional Brasileiro, tais ações cometidas pelos apenados são intensificadas a partir da realidade do país e do descaso que rege a nação.

Noutra ponta, a partir da justiça restaurativa, se propõe a ressocialização dos detentos, buscando-se apaziguar as relações entre o infrator e a sociedade. Segundo Rocha (2014), o sistema punitivo realizado ao longo dos anos só serviu para encher as casas prisionais, sem nenhum sucesso de ressocialização dos detentos. Tal sistema

perpassou por décadas e os acontecimentos são rápidos, de forma que não há tempo para que o código penal acompanhe o processo temporal.

Porém, neste entremeio surgiu a chamada justiça restaurativa, com métodos alternativos, com a finalidade de apaziguar relações entre o infrator e a sociedade. Esta abordagem (justiça restaurativa) percebe que não só o infrator fica ligado ao cárcere punitivo, sofre também a família e, por consequência, adocece a sociedade como um todo. A justiça restaurativa permite ao detento refletir sob seus atos infracionais e suas consequências de conduta e, em um segundo momento, trabalhar de forma a restaurar um conflito por ele adquirido. (ROCHA, 2013)

A Nova Zelândia foi o país pioneiro na aplicação desta medida (justiça restaurativa), a qual permite ao infrator cumprir sua pena de forma ressocializada, integrando-se aos poucos a sociedade e assim construir e administrar seus atos de maneira a trabalhar o equilíbrio emocional.

No Brasil, a Educação nas prisões adquiriu um novo olhar a partir de 2005, através do projeto Educando a Liberdade, que está apoiado na UNESCO e na Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação Ciência e Cultura (OEI). Tal parceria dá subsídios para agendar políticas públicas brasileiras do tema periférico para boa parte da população. Este projeto traz em seu contexto a oferta da Educação nas prisões acionando professores, gestores e agentes penitenciários e a sociedade civil em torno do assunto. Esta união de esforços centrados em um só olhar permitiu a aprovação de Diretrizes do Conselho Nacional de Educação do Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias e da Lei nº 12.433, de 29 de julho de 2011, que permite a remissão da pena através do estudo.

Sob este enfoque, a Educação é compreendida como formação que acompanha o indivíduo preso por toda sua vida, sendo que esta mesma formação do cidadão, que ultrapassa o trabalho e permite centrar as famílias a um convívio social. Para isso, é preciso contabilizar e salientar a Educação dos reclusos, que mesmo sem liberdade, mantém-se a titularidade dos demais direitos fundamentais, assim como é o direito da integridade física. As detentas possuem seus direitos constituídos, incluindo uma verba de manutenção dentro da casa prisional, o que não suficiente, então contam com a oficina

e a técnica mais lhe agrada. Ao terminar a oficina estão aptas e habilitadas aos trabalhos artesanais.

E a partir do momento em que se observa uma família comprar alguns alimentos com a verba oriunda desses trabalhos, cumpre-se papel na sociedade. O que traz um alento, pois são visíveis marcas sofridas na infância, as quais contribuem para a formação do caráter, de forma que na vida adulta esta formação as empurra ao sistema carcerário. pois sem muitas perspectivas, pouca formação escolar e abandonadas pelos companheiros e familiares, provavelmente voltaram ao mundo do crime.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1. Caracterização do Local

O Presídio Estadual do município de Dom Pedrito, órgão subordinado à Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) do Rio Grande do Sul, foi inaugurado em dezoito (18) de dezembro de 1999. Localizado no Bairro São Gregório, na Rua Moacir Dias s/n. O Presídio contém dois prédios, um para os apenados dos regimes semiaberto e aberto e outro para os presos do regime fechado e semiaberto. Sua estrutura física dispõe de 02 (duas) guaritas, 01 (um) pórtico de entrada, 02 (duas) galerias denominadas A e B, 01 (um) pátio de recreação.

A galeria B dispõe de 14 (quatorze) celas, 02 (duas) enfermarias, 01 (uma) sala de religião, 01 (uma) biblioteca, 01 (uma) sala de aula, 01 (uma) padaria, 04 (quatro) salas de encontros íntimos, 01 (uma) sala para estocar mantimentos, 01(um) banheiro da cozinha geral, 01 (uma) cozinha geral, 01 (um) pavilhão de trabalho e 01 (um) refeitório. Na galeria A são 13 (treze) celas, 01 (um) pavilhão de trabalho e 01 (um) refeitório. Atualmente cumprem pena no local, 148 (cento e quarenta e oito) apenados, sendo 14(doze) apenadas femininas².

A área administrativa é distribuída em 01 (um) saguão de entrada, 02 (duas) salas de revistas, 02 (dois) banheiros, 01 (uma) sala de assistência social, 01 (uma) sala para atendimento psicológico, 02 (duas) inspetorias, 02 (duas) salas administrativas, 01 (uma)

²No período em que foi realizada a coleta de dados eram 12 detentas.

sala de monitoramento, 02 (dois) dormitório com 01 (um) banheiro cada, 01 (uma) cozinha administrativa.

No Presídio Estadual de Dom Pedrito atualmente encontram-se lotados 35 (trinta e cinco) servidores, sendo 27 (vinte e sete) no regime de plantão e 08 (oito) no setor administrativo.

O presídio conta, há três anos e quatro meses, com uma assistente social, segundo a qual “o sistema prisional não foi feito para mulheres. Aqui em Dom Pedrito tem duas celas que são femininas, mas o presídio em si é masculino. Frio e bruto! Não tem espaço pensado para as mulheres”.

Desta forma, percebe-se que a própria estrutura física da instituição também colabora com a reprodução da desigualdade de gênero, pois há uma adaptação de um espaço projetado para o público masculino em que as mulheres são depositadas, pois para elas existem duas opções de reclusão: O espaço masculino adaptado, próximo à família, ou o presídio feminino Madre Pelletie, em que ficariam afastadas dos familiares. Neste sentido, destaca-se a situação da Sagitariana Aventureira, que está em regime semiaberto, mas que se submete ao regramento do regime fechado para não ser transferida, dado que no presídio de Dom Pedrito não existe um espaço específico para as detentas do regime semiaberto.

4.2. Relato de experiência

Em uma visita agendada para o dia cinco de abril do ano de dois mil e dezoito, realizou-se uma visita à casa de detenção, para uma primeira entrevista com os diretores do presídio. Em meio à conversa, eles relataram que, por ser uma cidade pequena, em que todos se conhecem, há uma preocupação com a volta dos detentos à sociedade, por que eles perdem o convívio, familiares e laços de amizade, o que dificulta sua reinserção.

Todos os participantes da reunião se mostraram flexíveis e já agendamos a próxima reunião para o dia quatorze de maio de dois mil e dezoito, para a qual foi proposto um grupo focal que incluiria os envolvidos no curso e que desejassem participar do trabalho de pesquisa. Neste encontro, para que os pesquisadores e nem as detentas ficassem constrangidos com suas presenças, os dirigentes da instituição apenas abririam a reunião, achei importante tal flexibilidade da parte deles, que, em vários momentos

saíram da sala, permitindo assim maior liberdade de expressão das pesquisadas. Registre-se que em momento algum os pesquisadores se sentiram ameaçados, pelo contrário, a Sagitariana Aventureira, por exemplo, se permitiu falar inclusive sobre preconceito.

Observei que mesmo fazendo cumprir a ordem e a disciplina, os dirigentes da casa prisional são bastante humanos e demonstram preocupação de como os detentos vão sair dali. Os detentos, de modo geral, pedem para trabalhar nas dependências da penitenciária para se ocuparem, até para se exercitar, alguns trabalhos contam como dias remidos, outros não, mas tudo tem que ser levado ao conhecimento da lei. Segundo os diretores da casa, há uma preocupação de que os apenados saiam da instituição “melhor” do que entraram, o que, infelizmente, nem sempre é possível.

Esta percepção aparece na preocupação apontada pelos dirigentes de que quando voltam à liberdade os detentos voltam aos mesmos espaços de sociabilidade anteriores, o que contribui/justifica a reincidência.

Nesta primeira visita, pude verificar que estão na casa prisional do município de Dom Pedrito aproximadamente 12 mulheres, sendo 11 por tráfico, como “mulas”³ dos companheiros. Neste sentido percebe-se a desigualdade de gênero também se manifesta no motivo que leva a maioria das mulheres ao mundo do crime, pois conforme afirmam os diretores, elas se envolvem nesta atividade por pressão dos companheiros e voltam a reincidir pelo mesmo motivo. Ainda nestes termos, destaca-se um caso relatado pelos diretores, reafirmado na fala da Pedritense, acerca de uma detenta que teria sido proibida pelo companheiro de trabalhar no interior da casa prisional, mesmo que ele, também apenado, trabalhe no interior da instituição.

Ademais, destaca-se que os apenados do sexo masculino recebem visitas com mais frequência do que as do sexo feminino, as quais, na maioria dos casos, ficam completamente abandonadas pelos familiares e amigos, construindo no cárcere uma nova família. Nestes termos, percebe-se ainda que a culpabilização e penalização pelo ingresso em atividades ilícitas reproduz desigualdades de gênero, em que a mulher é triplamente julgada, pela justiça, pela sociedade e pela própria família.

³“Mula” é a forma como são chamadas as pessoas que fazem o transporte dos entorpecentes.

4.3. O curso na perspectiva das apenadas

Para facilitar a análise das entrevistas, destinou-se um pseudônimo escolhido para cada uma das detentas, com a finalidade de preservar sua identidade. Assim, cada uma escolheu seu pseudônimo. No parágrafo a seguir serão descritas algumas informações para caracterizar o perfil dos sujeitos da pesquisa.

Individualmente, entrevistou-se a **Peditense**, que tem 47 anos, com grau de escolaridade até a terceira série do Ensino Fundamental, atualmente casada e mãe de dez filhos, sendo um adotado, e que estava em liberdade no momento da entrevista. Participaram do grupo focal a **Sagitariana Aventureira**, que tem 37 anos, duas filhas, uma neta e é casada; a **Gauchinha**, que tem 33 anos, é solteira e tem uma filha e a **O.Z.**, que tem 43 anos, cinco filhos e é solteira.

A primeira conversa foi realizada por meio do Grupo Focal, ocorreu no dia sete de abril de dois mil e dezoito, na Casa Prisional de Dom Pedrito. No ato da entrevista, além da presença das três detentas, estavam também o Vice-Diretor da Casa Prisional, o Professor orientador e a pesquisadora. Como dito anteriormente, o dirigente se afastou em alguns momentos.

Ao longo da dinâmica percebeu-se que a **Sagitariana Aventureira** foi à porta voz das demais detentas, pois enquanto ela falava, as outras apenas balbuciavam palavras de concordância, ou complementavam a frase com gestos, e fisionomia bastante alegre como é do feitio das meninas. Registra-se apenas superficialmente essa relação observada entre as detentas, pois não era o objetivo da pesquisa e, tampouco, o tempo de convivência permitiu que se analisassem os demais elementos presentes nas relações de poder estabelecidas entre elas.

A **Sagitariana Aventureira** é uma das detentas mais participativas do grupo, mencionado, que o Projeto “ANDURINHAS” “foi muito importante para mim no período de reclusão que aconteceu por quatro anos e meio”. A mesma tinha curiosidade de linhas e agulhas, mas sabia que uma agulha entrava outra saía, que o tricô é mágico e que sabia pouco a respeito. Com a chegada do Curso aprendeu muita coisa, e salienta

“[...] a paciência e o sorriso da professora para ensinar [...] em alguns dias todas iam a aula eram em torno de nove para dar

atenção, em outros iam poucas, pois aqui no Presídio algumas tem afazeres a cumprir. O tempo passa muito rápido na aula, e ao voltar para a cela eu tinha curiosidades e ideias, queria saber mais e mais. E assim passava o tempo. Dormir, acordar e esperar o dia da semana que a professora viria para novamente dar aula. (Grupo Focal)

Ainda relatam,

Acho importante e gosto do artesanato. Na minha opinião é importante a continuação do projeto, por que é importante caminho para a carta de emprego, para dar a oportunidade a quem precisa, pois na minha visão é muito complicado a oferta de cartas porque não é assim! Vou sair e vou conseguir uma carta. Isso não funciona assim! (Grupo Focal)

Mas menciona que em curto prazo não vai retomar os trabalhos artesanais devido à jornada dupla que é o semi-aberto.

Uma fala muito forte, que cabe destaque foi:

Em pleno século XXI ainda existe “O PRECONCEITO” que não, a professora não teve. Ela trabalhava em determinados momentos conosco na sala, com as portas fechadas. Para mim isso foi gratificante! O artesanato pode ser importante para que nós não fique burrida (burra), mas esta ação é fundamental.” Ent: [Senão fosse o tricô, com que mais se identificariam para trabalhar?]" Queria ser mecânica, porque sou muito curiosa e meu pai, por ser mecânico, e, eu sempre estive por perto dele, pedia e ele me levava sempre que eu pedia.(Grupo Focal)

A segunda entrevista foi realizada somente com a Pedritense, ocorreu nas dependências da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA/ Campus Dom Pedrito,

no dia onze de abril do ano de dois mil e dezoito. No ato da entrevista estavam presentes a participante, a pesquisadora e o Professor orientador.

Ao iniciar a conversa explicou-se à entrevistada sobre seus direitos referentes à pesquisa e que ficaria a vontade para, a qualquer momento, parar com a mesma. Porém, ela surpreende com sua fala:

“Sou Pedritense, é assim que gostaria de ser reconhecida”. Nossa conversa começa assim:

Apesar de a minha cidade ser pequena, eu sou pedritense, e tudo aconteceu aqui, na minha cidade. Cometi um erro paguei, hoje estou livre e com a oportunidade de estar aqui dando meu depoimento, o que é motivo de alegria pra min. Por que não devo mais nada. (Pedritense)

A **Pedritense** ficou detida um ano e três meses, e ao ser questionada de que maneira via a vida na casa de detenção antes da oficina de artesanato, ela respondeu que esperava o tempo passar, este também é um pensamento expressado pelo grupo focal.

A **Pedritense** demonstrou um sentimento de revolta e que já apresentava leves sintomas de depressão, seu corpo dormente pela falta de exercícios já não respondia como antes, estava cansada, sonolenta, apática, pois eram muitas mulheres a dividir uma cela com pouco espaço, vindo assim a prejudicá-la, já que a mesma possui deficiência física. Registra ainda que, para termos uma ideia do pequeno espaço disponível para convivência nas celas, “[...] para uma mulher passar é necessário que outra deite no espaço a ela reservado. Muitas dormem no chão com esponjas que familiares levam de casa” (Pedritense). E, em sua fala, deixa claro que não era bem quista por algumas colegas por não se entrosar com as mesmas.

Já no grupo focal, em momento algum houve menção a vida carcerária, mas percebe-se que a convivência para ser pacífica precisa de certo esforço de cada detenta. Com a chegada do Curso levado pela dona A.M., agente penitenciária hoje formada no Curso de Psicologia da Urcamp, Campus- Bagé, executado pela autora desta pesquisa, chegou também a esperança, nas palavras da Pedritense, ou ainda, se criou um espaço

de liberdade, como foi afirmado pelas detentas, durante o grupo focal. Questionada quanto à contribuição do referido Curso, a Pedritense respondeu, rapidamente, que foi plantada uma luz no fundo do túnel. Antes não pensava em nada, só esperava o tempo passar. E ser firme em seus pensamentos bons, para que não achasse desvio de caráter, pois a tentação é muito grande.

Com a chegada do Curso a **Pedritense** relatou “[...] a gente saía da cela, respirava um pouquinho, tinha convívio social com outra pessoa de fora do Sistema Prisional, no caso, a professora, que trazia alegria, tratava a gente com respeito”.

A Assistente também menciona

Acho importante o curso, pois cada uma cria sua independência, sendo uma forma de esquecer por alguns instantes que estão detidas. Sempre que chamo elas para conversar, procuro não ver o lado criminoso, porque tenho um elo de confiança com elas.

Todas as entrevistadas são unânimes em dizer que em momento algum notaram, por menor que fosse, a falta de afeto, carinho ou preconceito por parte da professora, quando esta ministrou as oficinas. A Pedritense diz: “era só alegria por uns minutos a gente esquecia-se de tudo, e quando voltava pra cela eu só queria tecer, ver minhas agulhas, e fui fazendo minhas toquinhas”. A Sagitariana Aventureira complementa “Ali naquele tempo da oficina, nós tínhamos LIBERDADE - LIBERDADE MENTAL”. As demais colegas concordaram, com gestos e sorrisos. Uma das poucas vezes que a Gauchinha balbuciou algo foi quando disse: “Era o tempo de esquecer as dificuldades e de ser mulher”. A Gauchinha era responsável pelas sacolinhas entregues na portaria por familiares aos demais detentos e cabia a ela a tarefa de entregar ao respectivo dono.

A O.Z. é responsável pelos afazeres na cozinha, sendo bastante elogiada por suas habilidades culinárias. A Sagitariana Aventureira, que está no semiaberto e precisa retornar diariamente para dormir no presídio nos diz “[...] tudo valeu a pena, que todo conhecimento adquirido é importante. Pretendo seguir fazendo artesanato, mas que no momento a vida dupla, o tempo passando rápido, a carta de trabalho que possui, precisa fazer milagre”. Pois tem que estar sempre atenta aos horários, se dividir entre tempo de liberdade, e o Sistema Prisional, que já está no semi-aberto, salienta que a hora passa

muito rápido e que não quer que nada mais dê errado. Um exemplo por ela citado “Que Deus me livre se um pneu furar no caminho da casa de detenção, mas saio correndo deixo o carro e tudo mais que tiver nele, mas não posso me atrasar. Compromisso é compromisso e com a justiça não se brinca”.

Neste momento a O.Z, com o olhar, procura a Gauchinha como quem diz: é verdade! Neste sentido, perguntei a Pedritense como foi sair da casa de detenção e sentir o sol? Alguém esperava por ti? Respondeu: “Não, mas uma irmã minha tinha estado no presídio uma semana antes e me deixou vinte reais que usei para pagar o táxi”. Salientou ainda que um agente se ofereceu para levá-la em casa, ela agradecia, mas precisava sentir a terra, o chão em seus pés.

A Pedritense se dirigiu ao orientador da pesquisa, bastante emocionada, dizendo que quando o táxi parou em frente a sua casa ninguém da família a esperava, mas que sua cachorrinha de estimação estava, e qual sua surpresa, o animal a reconheceu e a festejou muito, neste instante era visível a emoção que tomou conta da entrevistada. Com a volta ao lar, a Pedritense precisou de dinheiro, sem muita perspectiva, seu filho adolescente sugeriu sair para vender as toucas, produzidas durante as oficinas, e assim o fez, retornando para casa, trouxe setenta e cinco reais “que nos salvou, pude fazer alguns pagamentos”. (Pedritense)

Novamente perguntei a ela que lição de vida ficou? Ela responde “Que o presídio não é lugar pra ninguém, pois ele induz as pessoas a ficarem pior”⁴. Para finalizar, foi lançada uma questão a entrevistada: “Daqui há 15 anos, o que gostaria de estar fazendo, e como?” A Pedritense destaca “Eu gostaria de ensinar crochê, e estar no lugar da professora”. Lembra-se que todas as detentas e/ou ex-detentas que participaram desta pesquisa estão habilitadas pela Fundação Gaúcha do Trabalho (FGTAS) para exercer a profissão de artesãs.

Diante da análise das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, de modo geral, pode-se verificar que as palavras mais mencionadas por elas, em ordem, foram: liberdade mental, renda e preconceito.

⁴Cumprido destacar que antes mesmo do término da pesquisa, menos de um mês após essa conversa, a Pedritense foi novamente presa.

A cumplicidade entre elas também era forte, mas era mais notável nos pequenos grupos, pois quando uma delas faltava a aula, sempre alguém levava o material e as instruções, por escrito, do que seria trabalhado até o próximo encontro. A pesquisadora notou durante a realização da oficina de tecelagem, que a mesma proporcionava uma melhora na autoestima, pois com o curso estas se uniam e se ajudavam no período recluso, partilhando o que haviam aprendido e tecendo seus trabalhos manuais nas celas.

A Assistente social, por sua vez, destaca o papel das oficinas principalmente na autoestima das presidiárias. Trabalha também para a renda e sustento das famílias, porque muitas vezes o dinheiro que elas ganham é enviado para os filhos e familiares. As presidiárias se sentem livres vivendo o espaço de mulher pra mulher.

A melhora na autoestima foi percebida a partir do segundo encontro, pois já vinham mais produzidas, se arrumavam, cabelos pintados, maquiagens, perfumes etc. Algumas detentas, inclusive, relataram que se arrumavam para participar das oficinas de tecelagem, porque era um momento chamado por elas como “momento mulher”, onde tinham o espaço para se expressarem e aprender algo novo. Nas entrelinhas, a pesquisadora entendeu que entre uma e outra trama artesanal, emergiam outras questões, como conversas paralelas sobre religião, beleza e também o tecer para os familiares, que expressa o sentimento e amor pelos entes queridos. Embora grande parte das detentas não recebessem visitas, mantinham o carinho pela família.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que as atividades necessárias para a realização da oficina de tecelagem em lã, a qual foi ministrada na coletividade, resgatam os elos, permitindo com que as artesãs estreitem laços de amizade e respeito, fazendo fluir de forma solidária o desenvolvimento de seus trabalhos manuais. Esta proximidade privilegia algumas alunas a partilhar saberes adquiridos e construídos em sala de aula, levando a técnica de tecelagem em lã para as demais colegas de cela, as quais, muitas vezes, não possuem vontade de sair deste local.

Tal aprendizado leva ao companheirismo e entende-se que possa contribuir no processo de ressocialização, pois permite uma nova dinâmica do pensar. Desta forma, todo o aprendizado da técnica e convívio social com quem se dispõe ao serviço voluntário vai construindo lenta e gradativamente uma relação de confiança entre as detentas. A motivação passa a ser compartilhada com outros seguimentos do processo, levando assim à confecção da carteira de artesã, que é o ponto máximo de profissionalização.

Com este estudo, pretendeu-se construir uma visão mais ampla e científica de como as ações desenvolvidas contribuíram para o cotidiano das apenadas no que se refere às possibilidades de ocupação criativa de seu tempo. Desse modo, foi possível analisar pontos positivos e pontos a serem melhorados ao longo do processo de tentativa de reinclusão das detentas na sociedade pedritense.

Ressalta-se também que as entrevistas foram muito produtivas e emocionantes, principalmente em função das falas das participantes, pois eu nunca tinha sido avaliada em relação ao meu trabalho. Ouvi-las fez com que me sentisse recompensada por este trabalho voluntário que há anos desenvolvo. Desvendar com elas conhecimentos que podem agregar e trazer novas perspectivas de vida as detentas faz com que eu perceba a importância do trabalho desenvolvido. Mesmo sabendo que a oficina não irá resolver todas as problemáticas envolvidas nessa situação, mas que pode ser considerado um caminho para a ressocialização e humanização das detentas na sociedade.

Foi possível extrair algumas percepções diante dos depoimentos e das situações atuais do grupo estudado, sejam estas:

- A renda não foi o principal fator de impacto do fazer artesanal aprendido, especialmente quando se considera a vida fora do presídio. Contudo, no cotidiano do cárcere, contribui com valores simbólicos para manter hábitos (cigarro, tinturas para o cabelo, etc) ou mesmo para o momento de saída, permitindo algum saldo para o começo da nova trajetória fora do presídio. Conforme foi relatado pela Pedritense, que mencionou ter chegado em casa após o cumprimento do seu tempo de reclusão e encontrado uma situação de precariedade, a partir da qual designou o filho para vender várias toucas de lã confeccionadas em tricô ainda no Presídio. Esse pequeno recurso permitiu o pagamento das contas de água e luz, assim como a compra de alguns alimentos que permitiram as primeiras refeições em sua casa;

- A grande contribuição da tecelagem e do trabalho com a lã relatada e sentida nessas histórias, foi a da possibilidade de libertar a mente durante os momentos de execução dos trabalhos manuais. O fato de ter-se um objetivo a cumprir na confecção das peças desviava o foco do tempo de encarceramento apenas como o cumprimento de uma pena e permitia a canalização da criatividade e dos pensamentos para a composição das tramas.

E, de maneira geral, foi inusitado perceber que, num contexto em que a privação de liberdade é o recurso principal de “correção” ou o objetivo central do sistema carcerário em que elas estão inseridas, um trabalho que permite experiências de pequenas liberdades nesse período possa significar um alento e tenha potencialidade educativa.

Outra grande questão contida nessa experiência é a inquietação que me foi inerente durante todos esses anos de trabalho voluntário nessa instituição: O que me fez ir parar ali? Que necessidade eu tinha de me submeter a esse contexto complexo e ameaçador quando não havia nenhum vínculo anterior que o justificasse? Então, ao observar e refletir junto com as detentas envolvidas, foi possível seguir o fio dessa meada e encontrar alguma lógica para essa trama que uniu nossas vidas em alguns pontos. O que nos afasta ou diferencia parecia muito evidente, mas o que se apresentava mais intrigante eram as nossas semelhanças, os pontos de entrelaçamento: mulheres, dentro de uma sociedade tradicional, buscando no fazer artesanal algo de reconhecimento como profissionais, algo de objetivos e produção, algo de renda e autonomia financeira e muito de liberdade mental, que foi o nosso arremate para esse trabalho. E, nessa busca comum

por liberdade(s), surgem também novas perguntas sobre esse universo que vivenciamos juntas fisicamente em algumas oportunidades, mas que deram indícios de outros espelhamentos comuns a todas, aqueles nossos fios soltos que tentamos sempre disfarçar na trama, para entender, afinal, quais as prisões que todas compartilhamos.

REFERÊNCIAS

CAVALLARO, James Louis. Observações do Human Wright Watch sobre o Sistema Prisional Gaúcho. P. 49-58 In LORENZI, Anabel. (Org.). **Relatório Azul**. Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, 2015.

EGGERT, E. **Processos educativos no fazer artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul** - 1. ed. - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

EWBANK, Thomas. **A vida no Brasil: ou diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1976. 115p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes. 1987.

GANDERTON, Lucinda. **Dicionário de pontos: um guia prático para escolher e trabalhar com mais de 200 pontos clássicos**. São Paulo: Editora Ambientes& Costumes, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. **introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. v. 35, n. 2, p. 57- São Paulo, Mar./Abr. 1995.

HENRIQUES, R.; MARANGON, A.; DELAMORA, M.; CHAMUSCA, A.; Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. **IN: Caderno SECAD 2. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC)**. Brasília, 2017.

Pastoral da Criança. Disponível em:<<https://www.pastoraldacrianca.org.br/como-a-pastoral-da-crianca-faz-list>> Acesso em 16 de setembro de 2017.

LORENZI, A. Relatório Azul. **Comissão de Cidadania e Direitos Humanos**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2016.

MARQUES, T. C. N.; MELO, H. P. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962: ou como são feitas as leis. **Rev. Estud. Fem. [online]**. 2008, v. 16, n. 2, p. 463-488.

OLIVA, I. V. **Educação do Campo e tecnologia: Um estudo da Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental Sucessão do Moraes**. Monografia da Especialização em Práticas Educativas em Ciência da Natureza e Matemática. Dom Pedrito, 2014.

RESSEL, Lúcia Beatriz et al. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. Texto contexto - enferm. [online]. 2008, vol.17, n.4, pp.779-786.

ROCHA, G. R. G. Justiça restaurativa: uma alternativa para o sistema penal brasileiro In **Anuário 2008 da Escola Paulista da Magistratura**. 1º Curso de Extensão Universitária em Justiça Restaurativa, 2013. Disponível em: <<https://giuliarocha.jusbrasil.com.br/artigos/114570086/justica-restaurativa-uma-alternativa-para-o-sistema-penal-brasileiro>> Acesso em 7 de maio de 2018.

SCHULTE, N. K.; BARBARENA, L. A. V.; ECOMODA. **Responsabilidade socioambiental aplicada a mulheres presidiárias**. Santa Catarina 2013.

SCHUMANN, Ana Paula Przibilski Barreto. **Análise do sistema prisional gaúcho com base no relatório azul e em outras fontes de dados**. Disponível em: http://www.pucrs.br/direito/graduacao/tc/tccll/trabalhos2006_2/ana_paula_schumann.pdf. Acesso em 16 nov 2012.

SILVA, Roberto Rafael Dias. **Sennet e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Edição, 2015.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

Anexo

Figura 1. Imagens do Presídio Estadual de Dom Pedrito/RS



Foto: Sandra Elisa Vaz Timm Rufino



Foto: Sandra Elisa Vaz Timm Rufino